Refundação do Estado

Base para o corte estrutural da despesa pública em Portugal em 2013/14

PROCESSO DE TOMADA DE POSIÇÃO DA AIP-CCI

1. Enquadramento

O Governo anunciou que até Fevereiro do próximo ano apresenta0ria um corte de 4 mil M€ na despesa pública em Portugal que seriam aplicados em 2014 ou ainda em 2013, se tal vier a ser considerado necessário.

A dimensão do corte aliada ao perfil atual da despesa pública (concentrada em salários e prestações sociais) vai implicar a adoção de opções de natureza mais global que, para serem coerentes e sustentáveis, deverão sustentar-se na redefinição das funções do Estado ou na sua designada "refundação".

De acordo com as recentes declarações do Primeiro Ministro, o Governo apresentará à "troika" as suas propostas nesta matéria até Fevereiro do próximo ano. A partir desse momento e de acordo com o anunciado ir-se-á abrir um período de discussão das propostas do Governo com os partidos políticos, os parceiros sociais e outros agentes económicos e da sociedade civil interessados no debate.

2. Perspetiva da AIP sobre o processo e objetivos

Enquanto associação empresarial, a AIP deverá defender em matéria de redefinição das funções do Estado as propostas que melhor estiverem alinhadas com o objetivo da competitividade empresarial, numa perspetiva tanto de curto prazo como num horizonte mais alargado. No imediato, as escolhas não deverão deixar de ter presentes as grandes dificuldades em que vivem as empresas portuguesas emergentes da atual conjuntura recessiva. No médio prazo, as prioridades deverão assegurar os fatores de competitividade estrutural que possam incentivar a capacidade concorrencial das empresas em especial do setor transacionável - justiça, educação e qualificação de recursos humanos, conhecimento e tecnologia, etc.

A AIP não pode ficar marginalizada neste debate central muito importante para a organização do Estado para os próximos anos com impactes que serão relevantes na competitividade da economia, devendo intervir neste processo de discussão com os seguintes objetivos:

(i) ter capacidade de propositura de prioridades globais de redução da despesa pública mais alinhadas com a competitividade das empresas;

(ii) estimular o debate com a apresentação de propostas de transferência para o setor privado (nomeadamente para o setor associativo empresarial) de funções atualmente desenvolvidas pelo Estado;

(iii) ter opinião credível e tecnicamente fundamentada sobre as propostas que o Governo vier a apresentar em Fevereiro de 2013

3. Processo de formação de opinião/parecer da AIP

Tendo em conta os calendários fixados pelo Governo, propõe-se o seguinte processo de trabalho na AIP:

a. Criação de um **Grupo Interno** de suporte à discussão e de elaboração de documentos de trabalho coordenado pelo Presidente da AIP-CCI e que integre quadros internos[1]

b. **Reuniões bilaterais** da Direção AIP-CCI + Grupo Interno **com personalidades de referência e representativas de diversas correntes de opinião** sociológicas ou político-partidárias[2].

c. Preparação de **documento com primeira posição da AIP** sobre as propostas do Governo e propositura de medidas.

d. Convocação de uma **sessão dos "Encontros da Junqueira"** para discussão do documento referido em c) e posterior mediatização.

4. Calendarização

Tarefas	Dez-12				Jan-13				Fev-13				Mar-13			
	1ª sem	2ª sem	3ª sem	4ª sem	1ª sem	2ª sem	3ª sem	4ª sem	1ª sem	2ª sem	3ª sem	4ª sem	1ª sem	2ª sem	3ª sem	4ª sem
1. Grupo Interno AIP - funcionamento																
2. Reuniões bilaterais com personalidades																
3. Posição AIP																
4. Sessão "Encontros da Junqueira"																

[1] Nelson de Souza, Rui Madaleno, Norma Rodrigues e Veiga Simão

[2] Hipóteses: A - Com representação direta dos partidos: Jorge Moreira da Silva, Carlos Zorrinho, Jaime Nogueira Pinto e António Barreto; B - Sem representação direta dos partidos: Vítor Bento, António Barreto, Jaime Nogueira Pinto e Ribeiro Mendes;

Redefinição das funções do Estado

Base para o corte estrutural da despesa pública em Portugal em 2013/14

PROCESSO DE TOMADA DE POSIÇÃO DA AIP-CCI

1. Enquadramento

O Governo anunciou que até Fevereiro do próximo ano apresenta0ria um corte de 4 mil M€ na despesa pública em Portugal que seriam aplicados em 2014 ou ainda em 2013, se tal vier a ser considerado necessário.

A dimensão do corte aliada ao perfil atual da despesa pública (concentrada em salários e prestações sociais) vai implicar a adoção de opções de natureza mais global que, para serem coerentes e sustentáveis, deverão sustentar-se na redefinição das funções do Estado ou na sua designada "refundação".

De acordo com as recentes declarações do Primeiro Ministro, o Governo apresentará à "troika" as suas propostas nesta matéria até Fevereiro do próximo ano. A partir desse momento e de acordo com o anunciado ir-se-á abrir um período de discussão das propostas do Governo com os partidos políticos, os parceiros sociais e outros agentes económicos e da sociedade civil interessados no debate.

2. Perspetiva da AIP sobre o processo e objetivos

Enquanto associação empresarial, a AIP deverá defender em matéria de redefinição das funções do Estado as propostas que melhor estiverem alinhadas com o objetivo da competitividade empresarial, numa perspetiva tanto de curto prazo como num horizonte mais alargado. No imediato, as escolhas não deverão deixar de ter presentes as grandes dificuldades em que vivem as empresas portuguesas emergentes da atual conjuntura recessiva. No médio prazo, as prioridades deverão assegurar os fatores de competitividade estrutural que possam incentivar a capacidade concorrencial das empresas em especial do setor transacionável - justiça, educação e qualificação de recursos humanos, conhecimento e tecnologia, etc.

A AIP não pode ficar marginalizada neste debate central muito importante para a organização do Estado para os próximos anos com impactes que serão relevantes na competitividade da economia, devendo intervir neste processo de discussão com os seguintes objetivos:

(i) ter capacidade de propositura de prioridades globais de redução da despesa pública mais alinhadas com a competitividade das empresas;

(ii) estimular o debate com a apresentação de propostas de transferência para o setor privado (nomeadamente para o setor associativo empresarial) de funções atualmente desenvolvidas pelo Estado;

(iii) ter opinião credível e tecnicamente fundamentada sobre as propostas que o Governo vier a apresentar em Fevereiro de 2013

3. Processo de formação de opinião/parecer da AIP

Tendo em conta os calendários fixados pelo Governo, propõe-se o seguinte processo de trabalho na AIP:

a. Criação de um **Grupo Interno** de suporte à discussão e de elaboração de documentos de trabalho coordenado pelo Presidente da AIP-CCI e que integre quadros internos[1]

b. **Reuniões bilaterais** da Direção AIP-CCI + Grupo Interno **com personalidades de referência e representativas de diversas correntes de opinião** sociológicas ou político-partidárias[2].

c. Preparação de **documento com primeira posição da AIP** sobre as propostas do Governo e propositura de medidas.

d. Convocação de uma **sessão dos "Encontros da Junqueira"** para discussão do documento referido em c) e posterior mediatização.

4. Calendarização

Tarefas	Dez-12				Jan-13				Fev-13				Mar-13			
	1ª sem	2ª sem	3ª sem	4ª sem	1ª sem	2ª sem	3ª sem	4ª sem	1ª sem	2ª sem	3ª sem	4ª sem	1ª sem	2ª sem	3ª sem	4ª sem
1. Grupo Interno AIP - funcionamento																
2. Reuniões bilaterais com personalidades																
3. Posição AIP																
4. Sessão "Encontros da Junqueira"																

[1] Nelson de Souza, Rui Madaleno, Norma Rodrigues e Veiga Simão

[2] Hipóteses: A - Com representação direta dos partidos: Jorge Moreira da Silva, Carlos Zorrinho, Jaime Nogueira Pinto e António Barreto; B - Sem representação direta dos partidos: Vítor Bento, António Barreto, Jaime Nogueira Pinto e Ribeiro Mendes;